

§ 5º – O prazo para a realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria, considerando a parceria original.

§ 6º – Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade estadual parceiro poderá estabelecer critérios para padronização de ações compensatórias, observadas características da política pública setorial.

§ 7º – O descumprimento, total ou parcial, injustificado das metas e resultados pactuados nas ações compensatórias ensejará a instauração da tomada de contas especial.

Art. 85-B – Após a decisão do administrador público e, quando for o caso, transcorrido o prazo de que trata o § 8º do art. 85 o órgão ou entidade estadual parceiro deverá comunicar a OSC e divulgar sua decisão nos termos do inciso VI do § 1º do art. 7º.”

Art. 58 – Aplica-se o disposto neste decreto ao chamamento público com edital publicado a partir da data de publicação deste decreto, bem como às parcerias celebradas por meio deste chamamento público.

Art. 59 – Ficam revogados no Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017:

I – o inciso XXIV do art. 2º;

II – o art. 12;

III – o § 2º do art. 15;

IV – o art. 34;

V – o inciso II do § 5º do art. 35;

VI – o art. 45;

VII – o art. 46;

VIII – o art. 47;

IX – o art. 48;

X – os incisos I, II, III, IV e V do art. 52;

XI – os incisos I, II e III do § 3º do art. 52-B;

XII – o inciso III do § 1º do art. 59;

XIII – o parágrafo único do art. 76;

XIV – o inciso II do § 2º do art. 77;

XV – o inciso IX do art. 78;

XVI – os §§ 5º e 6º do art. 82;

XVII – os §§ 1º e 2º do art. 92;

XVIII – o art. 98;

XIX – o art. 99;

XX – o parágrafo único do art. 106.

Art. 60 – Este decreto entra em vigor:

I – na data de sua publicação, quanto aos artigos: 1º a 4º, 6º, 10 a 16 e 51;

II – em 1º de agosto de 2021, em relação aos demais artigos.

Belo Horizonte, aos 16 de abril de 2021; 233º da Inconfidência Mineira e 200º da Independência

do Brasil.

ROME U ZEMA NETO

DECRETO Nº 48.178, DE 16 DE ABRIL DE 2021.

Altera o quantitativo e a distribuição de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria-Geral.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam alterados o quantitativo e a distribuição de cargos de provimento em comissão com lotação na Secretaria-Geral, passando o item I.13.1 do Anexo I do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, a vigorar com as alterações constantes do Anexo I deste decreto.

Parágrafo único – O extrato das alterações a que se refere o caput é o constante do Anexo II deste decreto.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 16 de abril de 2021; 233º da Inconfidência Mineira e 200º da Independência

do Brasil.

ROME U ZEMA NETO

ANEXO I

(a que se refere o caput do art. 1º do Decreto nº 48.178, de 16 de abril de 2021)

“ANEXO I

(a que se refere o caput do art. 1º do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019)

(...)

I.13 – SECRETARIA-GERAL

I.13.1 – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| ESPÉCIE/ NÍVEL | IDENTIFICAÇÃO | QUANTITATIVO DE CARGOS | RECRUTAMENTO | |
|-------------------|--|---------------------------|--------------|----------|
| | | | AMPLO | LIMITADO |
| DAD-2 | SG1100734 | 1 | - | 1 |
| DAD-3 | SG1100734, SG1100762 e SG1101493 | 3 | 3 | - |
| DAD-4 | SG1101415, SG1101418, SG1101423, SG1101428, SG1101433, SG1101437, SG1101439, SG1101467 e SG1101538 | 11 | 9 | - |
| | SG1101494 e SG1101574 | | - | 2 |
| DAD-5 | SG1100212, SG1100213, SG1100432 | 3 | 3 | - |
| DAD-6 | SG1100018, SG1100022, SG1100306, SG1100308, SG1100309, SG1100310, SG1100317, SG1100323, SG1100356, SG1100375, SG1100378, SG1100388, SG1100397, SG1100480, SG1100483, SG1100485, SG1100930, SG1100934 | 22 | 18 | - |
| | SG1100382, SG1100400, SG1100777 e SG1101098 | | - | 4 |
| DAD-7 | SG1100066, SG1100077, SG1100088, SG1100089, SG1100092, SG1100093, SG1100100, SG1100136, SG1100168, SG1100364, SG1100366, SG1100371, SG1100532 a SG1100538, SG1100540 | 20 | 20 | - |
| | SG1100090, SG1100091, SG1100092, SG1100096, SG1100097, SG1100126, SG1100128, SG1100138, SG1100139, SG1100140, SG1100143, SG1100145 a SG1100148, SG1100152, SG1100158, SG1100161, SG1100168, SG1100320, SG1100321, SG1100323, SG1100324, SG1100325, SG1100326, SG1100426, SG1100427, SG1100498, SG1100499 | | 29 | - |
| DAD-9 | SG1100031, SG1100034, SG1100035, SG1100155, SG1100234, SG1100235 | 6 | 6 | - |
| DAD-10 | SG1100011, SG1100013, SG1100019, SG1100022, SG1100024 a SG1100026, SG1100070 e SG1100087 | 9 | 9 | - |
| DAD-11 | SG1100002, SG1100004, SG1100027 e SG1100028 | 4 | 4 | - |
| DAD-12 | SG1100059, SG1100117 e SG1100146 | 3 | 3 | - |

(...).”

ANEXO II

(a que se refere o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 48.178, de 16 de abril de 2021)

EXTRATO DA ALTERAÇÃO DO QUANTITATIVO DE DAD-UNITÁRIO SECRETARIA-GERAL

| ESPÉCIE | QUANTITATIVO DE VALOR-UNITÁRIO | | SALDO EM RELAÇÃO À LEI DELEGADA Nº 174, DE 2007 |
|---------|--------------------------------|----------------|---|
| | SITUAÇÃO ANTERIOR | SITUAÇÃO ATUAL | |
| DAD | 807,65 | 807,63 | 0,02 |

DECRETO NE Nº 155, DE 16 DE ABRIL DE 2021.

Reconhece o Decreto Municipal nº 1.313, de 22 de fevereiro de 2021, do Prefeito Municipal de Caparaó, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e considerando:

que as intensas precipitações pluviométricas que ocorreram no município no dia 19 de fevereiro de 2021, causaram danos e prejuízos nas áreas afetadas que comprometeram a capacidade de resposta da Administração Pública municipal;

que, como consequência desse desastre, resultaram os danos humanos, os danos materiais e os prejuízos econômicos públicos constantes no Formulário de Informações do Desastre;

os demais fundamentos constantes no decreto municipal de declaração de situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º – Fica reconhecido o Decreto Municipal nº 1.313, de 22 de fevereiro de 2021, do Prefeito Municipal de Caparaó, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

Art. 2º – Confirma-se, por intermédio deste decreto de reconhecimento estadual, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos jurídicos no âmbito da jurisdição estadual.

Art. 3º – Os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sinpec, sediados no território, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao município, mediante prévia articulação com o órgão de coordenação do sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado.

Art. 4º – Este decreto de reconhecimento estadual entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2021.

Belo Horizonte, aos 16 de abril de 2021; 233º da Inconfidência Mineira e 200º da Independência

do Brasil.

ROME U ZEMA NETO

DECRETO NE Nº 156, DE 16 DE ABRIL DE 2021.

Reconhece o Decreto Municipal nº 407, de 26 de fevereiro de 2021, do Prefeito Municipal de Padre Carvalho, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e considerando:

que as intensas precipitações pluviométricas que ocorreram no município no dia 25 de fevereiro de 2021, causaram danos e prejuízos nas áreas afetadas que comprometeram a capacidade de resposta da Administração Pública municipal;

que, como consequência desse desastre, resultaram os danos humanos, os danos materiais e os prejuízos econômicos públicos constantes no Formulário de Informações do Desastre;

os demais fundamentos constantes no decreto municipal de declaração de situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º – Fica reconhecido o Decreto Municipal nº 407, de 26 de fevereiro de 2021, do Prefeito Municipal de Padre Carvalho, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

Art. 2º – Confirma-se, por intermédio deste decreto de reconhecimento estadual, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos jurídicos no âmbito da jurisdição estadual.

Art. 3º – Os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sinpec, sediados no território, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao município, mediante prévia articulação com o órgão de coordenação do sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado.

Art. 4º – Este decreto de reconhecimento estadual entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2021.

Belo Horizonte, aos 16 de abril de 2021; 233º da Inconfidência Mineira e 200º da Independência

do Brasil.

ROME U ZEMA NETO

DECRETO NE Nº 157, DE 16 DE ABRIL DE 2021.

Reconhece o Decreto Municipal nº 15, de 23 de fevereiro de 2021, do Prefeito Municipal de Mirai, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e considerando:

que as intensas precipitações pluviométricas que ocorreram no município no dia 22 de fevereiro de 2021, causaram danos e prejuízos nas áreas afetadas que comprometeram a capacidade de resposta da Administração Pública municipal;

que, como consequência desse desastre, resultaram os danos humanos, os danos materiais e os prejuízos econômicos públicos constantes no Formulário de Informações do Desastre;

os demais fundamentos constantes no decreto municipal de declaração de situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º – Fica reconhecido o Decreto Municipal nº 15, de 23 de fevereiro de 2021, do Prefeito Municipal de Mirai, que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

Art. 2º – Confirma-se, por intermédio deste decreto de reconhecimento estadual, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos jurídicos no âmbito da jurisdição estadual.

Art. 3º – Os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sinpec, sediados no território, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao município, mediante prévia articulação com o órgão de coordenação do sistema, em nível estadual, e de acordo com o planejado.

Art. 4º – Este decreto de reconhecimento estadual entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2021.

Belo Horizonte, aos 16 de abril de 2021; 233º da Inconfidência Mineira e 200º da Independência

do Brasil.

ROME U ZEMA NETO

